



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 04 de agosto de 2025.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 560/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 560/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 16/07/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 22/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), venho respeitosamente solicitar informações referentes ao uso do Campo Sete Cores , localizado na Praça Márc dos Santos Sampaio, no Bairro Padre Anchieta. Conforme consta em documentos públicos anteriores, a gestão do referido espaço teria sido destinada à OSC Amigos da Tapeçaria , atualmente denominada OSC de Iniciação Desportiva Sete Cores . Diante disso, solicito as seguintes informações: Quais procedimentos o cidadão comum deve adotar para utilizar o Campo Sete Cores para atividades esportivas ou comunitárias? A utilização do campo depende de autorização da OSC de Iniciação Desportiva Sete Cores, da Secretaria Municipal de Esportes, da Subprefeitura ou outro órgão específico? Existe algum canal oficial (telefone, e-mail, formulário, sistema online) para realizar essa solicitação ou agendamento do espaço? Quais são as regras, normas ou regulamentações em vigor para utilização do espaço pela população em geral? Em caso de autorização concedida pela OSC, qual a forma de fiscalização ou contrapartida exigida por parte do Poder Público para garantir a ampla utilização do campo pela comunidade local? Solicito, por gentileza, que as respostas sejam encaminhadas de forma clara e objetiva, indicando os normativos legais e documentos oficiais que regulamentam a utilização do referido espaço. Agradeço desde já pela atenção e aguardo retorno dentro do prazo legal estipulado pela LAI. Atenciosamente, Adriano Novo			

A **Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL)** ofereceu a seguinte resposta:

22/07/2025	João José dos Santos	SIC-CENTRAL	01. QUALQUER MUNICÍPE PODE SOLICITAR A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DESDE QUE NÃO CONFLITE COM DATAS JÁ RESERVADAS PARA O ESPAÇO. 02 A PROGRAMAÇÃO DE UTILIZAÇÃO É FEITA PELA ADOTANTE ONG. AMIGOS DA TAPEÇARIA. 03 CONTATOS ZAP 19 99142 6011 EMAIL INICIACAODESPORTIVASETECORES@GMAIL.COM 04 NÃO PODE HAVER CONFLITO DE HORÁRIOS. 05 AS REGRAS ESTÃO DEFINIDAS NO TERMO DE ADOÇÃO DE PRAÇAS ASSINADO ENTRE ONG E PMC. MARILIO CARVALHO MENDES CHEFE DE GABINETE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
------------	----------------------	-------------	--

Insatisfeito, o **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 560/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 23/07/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 30/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Necessito que a resposta seja formalizada em pdf timbrada do PMC.			

O recurso, encaminhado à **SMEL**, obteve a decisão a seguir transcrita:

30/07/2025	João José dos Santos	SIC-CENTRAL	INFORMO QUE O CANAL DE RESPOSTA OFICIAL DA LAI, É POR ESSA CAIXA DE DESPACHO. DR EDUARDO ROBERTO ANTONELLI DE MORAES: SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER EM EXERCICIO.
------------	----------------------	-------------	--

O **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância** nas seguintes linhas:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 560/2025	Tipo Solicitação Recurso Segunda Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Aberto	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 30/07/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 31/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Eu, Adriano Vieira Novo, CPF nº 325.619.578-45, residente na cidade de Campinas/SP, venho, com fundamento no art. 15 da Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, interpor o presente RECURSO EM SEGUNDA INSTÂNCIA, contra a resposta fornecida pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Campinas, referente ao Pedido de Informação nº 560/2025. 1 – Dos Fatos Em resposta ao pedido acima citado, a Secretaria limitou-se a declarar: "INFORMO QUE O CANAL DE RESPOSTA OFICIAL DA LAI, É POR ESSA CAIXA DE DESPACHO." Dr. Eduardo Roberto Antonelli de Moraes – Secretário Municipal de Esportes e Lazer em Exercício Contudo, essa manifestação foi inserida apenas na "caixa de despacho" do sistema eletrônico e não foi acompanhada de um documento oficial, com timbre da Prefeitura, data, assinatura, cargo e nome completo do responsável. Esse formato não garante a autenticidade, a validade documental nem permite a impressão clara e inequívoca da resposta como um documento oficial da Prefeitura. A "caixa de despacho" do sistema não apresenta elementos que assegurem que o conteúdo exibido é de fato um documento formal, institucional e auditável, conforme exige a legislação federal. II – Do Direito Nos termos da Lei nº 12.527/2011, cabe ao poder público garantir o fornecimento de informações públicas de forma clara, documentada e formal. Destacando o art. 11, § 3º: "É direito do requerente obter o conteúdo da resposta por meio de certidão, cópia ou outro meio possível." Art. 6º: "Cabe aos órgãos e entidades do poder público assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação, além de sua proteção." Art. 5º: "É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão." A ausência de um documento com timbre, assinatura, cargo, identificação do servidor e data, além de impossibilitar o reconhecimento formal da resposta, impede seu uso como comprovação oficial em processos administrativos ou judiciais, além de comprometer a transparência pública. III – Do Pedido Diante do exposto, requero: O acolhimento deste recurso, com a determinação de que a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Campinas forneça a resposta ao Pedido de Informação nº 560/2025 em documento oficial em formato PDF, contendo: Timbre da Prefeitura de Campinas; Nome completo, cargo e data do signatário; Assinatura (ou autenticação digital) da autoridade competente. Que, caso a Secretaria se recuse a fornecer resposta conforme os parâmetros legais e administrativos, este caso seja encaminhado ao órgão competente de controle interno ou corregedoria do Município conforme previsão do art. 17 da LAI. Nestes termos, Pede deferimento. Campinas/SP, Adriano Vieira Novo CPF: 325.619.578-45			

É o Relatório do necessário.

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.485/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO NÃO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

O Decreto Municipal nº 22.170/2022, que dispõe sobre a regulamentação dos pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, estabelece em seu **art. 1º, § 1º e art. 11, inciso VI** o quanto segue:

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito da administração pública municipal direta e

indireta, os procedimentos para a garantia de acesso à informação, conforme o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º Os órgãos e entidades municipais, bem como as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos do Município para a realização de atividades de interesse público, têm o dever de assegurar às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, mediante a adoção de procedimentos ágeis e objetivos, de forma transparente, em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas nos arts. 3º e 4º deste Decreto.

§ 2º Subordinam-se ao regime deste Decreto, no que couber, as pessoas físicas e jurídicas que possuírem informações ou realizarem tratamento de dados em virtude de vínculo de qualquer natureza com a administração pública municipal de Campinas, ficando obrigadas a disponibilizar o acesso à informação referente à parcela dos recursos públicos recebidos em razão desse vínculo e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Art. 11. No âmbito da administração pública municipal direta e indireta, será utilizada a estrutura da Secretaria Municipal de Gestão e Controle para o recebimento, análise e encaminhamento das solicitações de informação, pela plataforma e-SIC, com as seguintes funções:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - processar as solicitações e encaminhá-las para os responsáveis das respectivas unidades;

III - acompanhar e cobrar o cumprimento dos prazos;

IV - informar sobre a tramitação das solicitações;

V - zelar pelo conteúdo público e qualidade da resposta;

VI - disponibilizar a resposta encaminhada pela unidade responsável ao cidadão solicitante por meio da plataforma e-SIC;

VII - analisar e indeferir de imediato os pedidos de acesso à informação que se enquadrem em alguma das hipóteses de que trata o art. 5º deste Decreto.

Dessa forma, a informação prestada por meio da ferramenta e-SIC tem status de resposta oficial e dispensa solenidades. Assim se extrai da **Cartilha da Controladoria-Geral da União**, denominada **Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal**, 4ª edição, p. 14:

É direito do cidadão obter o inteiro teor da decisão que negou seu pedido de acesso, por certidão ou cópia. Sua disponibilização no sistema e-SIC tem status de resposta oficial, dispensando solenidades, uma vez que os atos administrativos devem se pautar pela celeridade, informalidade e eficiência.

Nesse norte, **VOTO PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO**, tendo em conta que a SMEL prestou a informação requisitada (e que não fora questionada em grau de recurso) com identificação do servidor responsável e, por conseguinte, dotada de boa-fé, por meio da Plataforma e-SIC prevista em regulamento municipal.

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos

de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022). ^[i]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE
Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974
Membro e Relatora da CMJRAI

^[i] (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 04/08/2025, às 16:24, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **15681989** e o código CRC **21AD2CB6**.